



**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
 EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
<b>Receita operacional líquida</b>	24	404.209	349.460	478.936	424.949
<b>Custos dos produtos vendidos e/ou dos serviços prestados</b>	25	(344.234)	(309.314)	(398.185)	(375.331)
<b>Lucro bruto</b>		<b>59.975</b>	<b>40.146</b>	<b>80.751</b>	<b>49.618</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Vendas	25	(26.798)	(27.354)	(28.925)	(29.797)
Gerais e administrativas	25	(19.622)	(18.681)	(34.624)	(33.789)
Honorários e participação da Administração	25	(4.787)	(5.229)	(4.809)	(5.251)
Despesas financeiras	21	(19.270)	(21.486)	(19.958)	(22.746)
Receitas financeiras	21	10.657	7.935	8.690	6.718
Resultado da equivalência patrimonial	14b	4.785	(6.348)	3.983	2.465
Outras despesas e receitas operacionais, líquidos	22	69	(10.052)	(853)	(7.536)
		<b>(54.966)</b>	<b>(81.215)</b>	<b>(76.496)</b>	<b>(89.936)</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		<b>5.009</b>	<b>(41.069)</b>	<b>4.255</b>	<b>(40.318)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>5.009</b>	<b>(41.069)</b>	<b>4.255</b>	<b>(40.318)</b>
Imposto de renda e contribuição social		2.383	1.838	3.137	1.691
Corrente	9b	-	-	(434)	(704)
Diferido	9b	2.383	1.838	3.571	2.395
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>7.392</b>	<b>(39.231)</b>	<b>7.392</b>	<b>(38.627)</b>
Atribuído a acionistas da empresa controladora		7.392	(39.231)	7.392	(39.231)
Atribuído a sócios não controladores		-	-	-	604
		<b>7.392</b>	<b>(39.231)</b>	<b>7.392</b>	<b>(38.627)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
 EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.392	(39.231)	7.392	(38.627)	
Varição do valor justo das ações da Vale S.A.	-	-	(5.729)	(3.384)	
Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.949	1.150	
Efeito da equivalência patrimonial	(3.780)	(2.234)	-	-	
Ágio em transação de capital	(12.404)	-	(12.404)	-	
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>(8.792)</b>	<b>(41.465)</b>	<b>(8.792)</b>	<b>(40.861)</b>	
Atribuído a acionistas da empresa controladora	(8.792)	(41.465)	(8.792)	(41.465)	
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	604	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
 EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
<b>Receitas</b>					
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	449.071	389.957	542.278	477.759	
Outras receitas	311	126	787	902	
	<b>449.382</b>	<b>390.083</b>	<b>543.065</b>	<b>478.661</b>	
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	344.234	309.314	398.185	375.331	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	227	7.656	13.481	15.292	
	<b>344.461</b>	<b>316.970</b>	<b>411.666</b>	<b>390.623</b>	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>104.921</b>	<b>73.113</b>	<b>131.399</b>	<b>88.038</b>	
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>12.005</b>	<b>10.663</b>	<b>18.647</b>	<b>17.399</b>	
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>92.916</b>	<b>62.450</b>	<b>112.752</b>	<b>70.639</b>	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	4.785	(6.348)	3.983	2.465	
Receitas financeiras	10.657	7.935	8.690	6.718	
Outras	10.776	9.750	11.205	12.456	
	<b>26.218</b>	<b>11.337</b>	<b>23.878</b>	<b>21.639</b>	
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>119.134</b>	<b>73.787</b>	<b>136.630</b>	<b>92.278</b>	
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Empregados</b>	<b>91.139</b>	<b>83.303</b>	<b>102.437</b>	<b>96.031</b>	
Remuneração direta	81.037	70.073	88.893	80.997	
Benefícios	5.138	8.751	6.627	9.303	
FGTS	4.964	4.479	6.917	5.731	
<b>Tributos</b>	<b>11.402</b>	<b>10.171</b>	<b>20.217</b>	<b>16.601</b>	
Federais	10.630	8.884	16.948	13.752	
Estaduais	30	25	536	134	
Municipais	742	1.262	2.733	2.715	
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>9.201</b>	<b>13.746</b>	<b>6.584</b>	<b>13.079</b>	
Juros	8.633	13.292	3.817	11.210	
Aluguéis	568	454	2.767	1.869	
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>7.392</b>	<b>(33.433)</b>	<b>7.392</b>	<b>(33.433)</b>	
Lucros (prejuízo) retidos	1.594	(39.231)	1.594	(39.231)	
Dividendos	5.798	5.798	5.798	5.798	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS**  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas ("Companhia") tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente. Além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedicar-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trellados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A Companhia possui duas plantas industriais no estado de São Paulo, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da Companhia está localizada em Guarulhos - SP.

A Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada da Companhia, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, além de montagem e manutenção de dutos enterrados. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Energo Agro Industrial Ltda., controlada da Companhia, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A empresa atualmente não tem atividades operacionais e não há também planejamento para descontinuar-la. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada da Companhia, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a Alstom Hydro Energia Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento. A sede social da empresa está localizada em Porto Velho - RO.

A Duraferro Indústria e Comércio Ltda., atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.

A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**
**a. Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

**b. Demonstrações financeiras individuais da controladora**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*), revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reoperando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 26 de março de 2015, autorizou emissão destas demonstrações financeiras. A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelos CPCs vigentes em 31 de dezembro de 2014, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014:

- *Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)*: As revisões entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A aplicação desta norma não causou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que nenhuma das investidas da Companhia se qualifica para ser uma entidade de investimento.
- *IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão do IAS 32*: Essas revisões esclarecem o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A aplicação dessas revisões não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- *IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Revisão do IAS 36*: Essas revisões removem consequências não intencionais da IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo* sobre as divulgações exigidas pelo IAS 36. Além disso, essas alterações exigem a divulgação dos valores recuperáveis dos ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs) para as quais tenha sido reconhecida uma perda por não recuperabilidade (*impairment*) durante o período. A aplicação dessas revisões não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- *IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39*: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. A aplicação dessa revisão não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- *IFRIC 21 Tributos*: A IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A aplicação desta norma não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

**2.2. Novas IFRS e Interpretações do IFRIC que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014**

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
 EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>5.009</b>	<b>(41.069)</b>	<b>4.255</b>	<b>(40.318)</b>	
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	12.005	10.663	18.647	17.721	
Provisões (constituições e reversões)	(3.881)	6.693	(3.611)	6.923	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.383	1.838	3.571	1.722	
Encargos financeiros sobre financiamentos	8.633	13.390	9.684	14.804	
Resultado na venda imobilizado, investimentos	(287)	720	(563)	193	
Equivalência patrimonial	(4.785)	6.348	(3.983)	(2.465)	
	<b>19.077</b>	<b>(1.417)</b>	<b>28.000</b>	<b>(1.420)</b>	
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Aumento/redução em contas a receber	3.047	(57.816)	27.460	(58.357)	
Redução/aumento nos estoques	5.240	(1.502)	6.748	(1.471)	
Aumento nos impostos a recuperar e outros	(46.445)	(30.843)	(56.456)	(17.243)	
Aumento em fornecedores	23.207	14.600	15.356	16.441	
Aumento nos adiantamentos de clientes	19.821	33.117	19.977	31.280	
Redução/aumento em outras contas a pagar	(587)	24.049	283	96	
	<b>4.283</b>	<b>(18.395)</b>	<b>13.367</b>	<b>(29.254)</b>	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(434)	(29)	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>23.360</b>	<b>(19.812)</b>	<b>40.935</b>	<b>(30.703)</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisição de imobilizado	(2.879)	(4.536)	(3.628)	(6.296)	
Aumento de investimento	(563)	(7.345)	(709)	4.337	
Aquisição de ativo intangível	(3.760)	(3.460)	(3.769)	(3.053)	
Recebimento venda imobilizado e investimentos	311	135	786	911	
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(6.891)</b>	<b>(14.792)</b>	<b>(7.320)</b>	<b>(4.101)</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>					
Dividendos mínimos obrigatórios	(5.798)	(5.798)	(5.798)	(5.798)	
Dividendos complementares	-	(3.545)	-	(3.545)	
Empréstimos tomados	180.490	202.401	181.090	215.405	
Pagamentos de empréstimos	(165.608)	(155.866)	(180.411)	(168.349)	
Juros pagos por empréstimos	(8.633)	(13.292)	(9.684)	(14.706)	
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>451</b>	<b>23.900</b>	<b>(14.803)</b>	<b>23.007</b>	
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>16.920</b>	<b>(10.704)</b>	<b>18.812</b>	<b>(11.797)</b>	
<b>Demonstração do aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do exercício	13.083	23.787	14.725	26.522	
No fim do exercício	30.003	13.083	33.537	14.725	
	<b>16.920</b>	<b>(10.704)</b>	<b>18.812</b>	<b>(11.797)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Poderão trazer impactos para a Companhia:**

• *IFRS 9 Instrumentos Financeiros*: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

• *IFRS 15 Receita de contrato com clientes*: Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida.

**Aplicáveis à Companhia, mas não se espera impacto nas demonstrações financeiras:**

• *Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias*: Exige que a entidade participante de um negócio em conjunto aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil.

• *IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível*: A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis sobre o valor contábil líquido ou bruto. Adicionalmente, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores contábeis ou brutos do ativo.

• *Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas*: As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizar investimentos em controladas, *joint ventures* e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil.

• *IAS 40 - Propriedade para Investimento*: A descrição de serviços auxiliares na IAS 40 estabelece a diferença entre propriedade para investimento e propriedade ocupada pelo proprietário (ou seja, ativo imobilizado). A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que a IFRS 3, e não a descrição de serviços auxiliares na IAS 40, é utilizada para determinar se a transação é a compra de um ativo ou uma combinação de negócios.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
**3.1. Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas brutas de vendas para produtos fabricados sob encomenda foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
*(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

**3.7. Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

**3.8. Investimentos**

Os investimentos da Companhia em suas Controladas e Coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido das Controladas e Coligada atribuível aos acionistas da Controladora.

As demonstrações financeiras das Controladas e Coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia.

**3.9. Ativo imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos e atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e suas controladas, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas máquinas, equipamentos, edificações para atribuir um novo custo (*deemed cost*). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 13 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial ou mediante estudos técnicos fundamentados que determinaram os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os bens de produção registrados no ativo imobilizado estão líquidos de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

**3.10. Propriedades para investimento**

Propriedades para Investimento são mensuradas ao valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

De acordo com o item 30 do CPC 28 - Propriedades para Investimentos, a entidade deve escolher como sua política contábil o método do valor justo nos itens 33 a 55 ou o método do custo no item 56 e deve aplicar essa política a todas as suas propriedades para investimento.

As propriedades para investimentos pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e correspondem a três andares de prédio comercial de escritórios com o objetivo de aluguel.

Na data de transição para IFRS, a Companhia e suas controladas fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC 10 - Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas máquinas, equipamentos e edificações, inclusive as propriedades para investimentos, atribuindo um novo custo (*deemed cost*).

O Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro afirma que uma alteração voluntária na política contábil deve ser feita apenas se a alteração resultar numa apresentação mais apropriada das operações, de outros acontecimentos ou de condições nas demonstrações financeiras da entidade.

As informações de propriedades para investimentos estão demonstradas na nota explicativa 14.a.

**3.11. Arrendamento mercantil**
**• Arrendamento financeiro**

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**• Arrendamento operacional**

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

**3.12. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por *softwares* amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e em o seu valor recuperável testado, anualmente.

**3.13. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**3.14. Provisões**

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas Controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

**3.15. Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

**3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

**3.17. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) previsto na Lei nº 11.941/09.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e o CPC Nº 32 - Tributo sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

**3.18. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas, quando aplicável, está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicável, efetuada pela Administração da Companhia e que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica de "Dividendos e JCP a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

**3.19. Lucro por ação**

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

**4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/12/2014	31/12/2013
Barefame Instalações Industriais Ltda.	100,00%	100,00%
Energ Agri Industrial Ltda.	100,00%	100,00%
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	100,00%
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	100,00%	60,00%
Barefame Industrial Ltda.	-	100,00%

Os percentuais de participação referem-se ao controle direto e indireto, exceto para a Barefame Industrial Ltda., cujo percentual refere-se ao controle indireto.

A Barefame Industrial Ltda. foi incorporada em 28 de novembro de 2014 pela Barefame Instalações Industriais Ltda., não acarretando em alteração nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 19 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu pelo valor de R\$ 20.656 (ver nota 19), os 40% restantes da Duraferro Indústria e Comércio Ltda. ("Duraferro"), em conformidade com a decisão proferida no procedimento arbitral CMA 234 da Câmara de Conciliação e Arbitragem CIESP/FIESP. Assim, a Companhia juntamente com sua controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., passou a deter a totalidade do capital da Duraferro (vide nota 19).

Tratando-se de aquisição de participação minoritária, os valores excedentes do patrimônio líquido da Duraferro em 31/12/2014 foram lançados em conta redutora do patrimônio líquido da Investidora conforme a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das demonstrações financeiras intermediárias das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

**IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.**

A IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. é uma entidade controlada em conjunto e com a aplicação obrigatória do "IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos" que eliminou a opção da consolidação proporcional, o investimento na empresa foi contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. As principais informações financeiras da controlada em conjunto estão demonstradas na nota explicativa 14b.

**Descrição dos principais procedimentos de consolidação**

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	545	493	696	731
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	29.458	12.590	32.841	13.994
	<b>30.003</b>	<b>13.083</b>	<b>33.537</b>	<b>14.725</b>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco remoto de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e obrigações compromissadas foram remuneradas por taxas que variavam de 99,20% a 100,80% do certificado de depósito interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2014 (98% a 100% em 31 de dezembro de 2013), tendo como contraparte bancos de primeira linha.

**6. CONTAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulante:</b>				
Clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	54.745	47.252	56.830	58.766
Produtos seriados	15.812	12.613	20.224	16.673
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	75.575	82.015	86.672	89.095
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.085)	(2.007)	(2.764)	(2.657)
<b>Subtotal</b>	<b>144.047</b>	<b>139.873</b>	<b>160.962</b>	<b>161.877</b>
Partes relacionadas - contratos de serviços e construção (notas explicativas 7 e 12)	33.183	28.908	-	-
	<b>177.230</b>	<b>168.781</b>	<b>160.962</b>	<b>161.877</b>
<b>Não circulante:</b>				
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	10.731	9.927	10.731	9.927
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.366)	(4.964)	(5.366)	(4.964)
<b>Subtotal</b>	<b>5.365</b>	<b>4.963</b>	<b>5.365</b>	<b>4.963</b>
	<b>182.595</b>	<b>173.744</b>	<b>166.327</b>	<b>166.840</b>

**Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa**

	Controladora	Consolidado
<b>Circulante</b>		
<b>Saldo inicial 31/12/2013</b>	<b>(2.007)</b>	<b>(2.657)</b>
Adição	(174)	(203)
Reversão	96	96
<b>Saldo final 31/12/2014</b>	<b>(2.085)</b>	<b>(2.764)</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Saldo inicial 31/12/2013</b>	<b>(4.964)</b>	<b>(4.964)</b>
Adição	(402)	(402)
<b>Saldo final 31/12/2014</b>	<b>(5.366)</b>	<b>(5.366)</b>
	<b>(7.451)</b>	<b>(8.130)</b>

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	11.294	7.413	14.454	10.136
Vencidos 1 a 30 dias	1.375	1.825	1.939	2.498
Vencidos 31 a 60 dias	437	850	443	864
Vencidos 61 a 90 dias	284	524	284	524
Vencidos 91 a 120 dias	156	3	156	3
Vencidos acima de 121 dias	2.266	1.998	2.948	2.648
	<b>15.812</b>	<b>12.613</b>	<b>20.224</b>	<b>16.673</b>

A parcela não circulante de contas a receber contém o valor líquido de R\$ 5.365 decorrente de reivindicações em contratos de longo prazo, cujas receitas foram reconhecidas devido às negociações terem atingido um estágio tal que tornou-se provável seu recebimento.

Os prazos ajustados para a conclusão dos projetos de fornecimento de bens de capital e equipamentos de infraestrutura são substancialmente longos e conseqüentemente propiciam oscilações durante a execução dos projetos, o que obriga a Companhia a cobrar, junto a determinados clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A conta "Efeitos a faturar" clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7) refere-se ao saldo a receber de contratos de serviços e construção em execução e ainda não faturados e equivale ao excedente da receita reconhecida pelo método da percentagem completada e o respectivo valor recebido.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, com base em pareceres da respectiva assessoria jurídica.

A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

**7. CONTRATOS DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO**

Os contratos de construção correspondem à produtos sob encomenda. O reconhecimento da receita bruta destes contratos no resultado é feito com base na proporção do trabalho executado até a data do balanço, apurado através da proporção dos custos incorridos, em contraposição aos custos estimados totais do contrato (método da percentagem completada), conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de Construção.

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes de recebimento de contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulante:</b>				
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados (nota explicativa 6)	87.928	76.160	56.830	58.766
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	75.575	82.015	86.672	89.095
	<b>163.503</b>	<b>158.175</b>	<b>143.502</b>	<b>147.861</b>
<b>Não circulante:</b>				
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	5.365	4.963	5.365	4.963
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de serviços e construção em execução (nota explicativa 17)	(98.493)	(78.672)	(102.671)	(82.695)
Contratos de serviços e construção líquido a receber	<b>70.375</b>	<b>84.466</b>	<b>46.196</b>	<b>70.129</b>

Do saldo de contratos e serviços em construção líquido a receber, o montante de R\$ 13.082 refere-se a cliente que se encontra em recuperação judicial. A administração entende que o saldo é realizável, tendo em vista o histórico de adiantamentos realizados, bem como o estágio atual de fabricação da máquina e a necessidade operacional do cliente, pois sem as mesmas não há quaisquer condições de operacionalização da planta.

**8. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	15.535	15.514	15.638	15.595
Produtos em elaboração	25.725	23.784	30.842	30.632
Matérias primas	44.309	50.436	49.710	55.539
Material de consumo	628	1.703	3.391	4.563
	<b>86.197</b>	<b>91.437</b>	<b>99.581</b>	<b>106.329</b>

**9. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS**
**a. Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulante:</b>				
ICMS	15.116	9.108	15.698	11.382
IPI	3.763	2.077	4.244	2.715
Imposto de renda e contribuição social	1.094	1.302	4.700	6.128
COFINS	4.611	4.809	5.885	6.229
PIS	1.115	1.212	1.363	1.496
Outros	722	303	1.395	993
	<b>26.421</b>	<b>18.811</b>	<b>33.285</b>	<b>28.943</b>
<b>Não circulante:</b>				
ICMS sobre aquisição imobilizado	200	251	201	296
IPI	734	708	734	708
PIS	2.830	2.757	2.841	2.768
	<b>3.764</b>	<b>3.716</b>	<b>3.776</b>	<b>3.772</b>
	<b>30.185</b>	<b>22.527</b>	<b>37.061</b>	<b>32.715</b>

**b. Imposto de renda e contribuição social**
**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
 (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Saldos existentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo fiscal	118.362	117.644	197.379	196.661
Base de cálculo negativa de CSLL	91.190	89.552	170.207	168.569
	<b>209.552</b>	<b>207.196</b>	<b>367.586</b>	<b>365.230</b>

A Administração considera que os ativos diferidos de diferenças decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a elas correspondentes.

Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:

	Controladora	Consolidado
2015	1.372	2.757
2016	2.375	4.007
2017	3.004	4.155
2018	2.918	3.926
2019	2.978	3.923
2020	2.938	3.824
2021	2.846	3.687
2022	2.751	3.560
2023	2.651	3.436
2024	2.641	3.407
	<b>26.474</b>	<b>36.682</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, consequentemente estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

**Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro/prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	5.009	(41.069)	4.255	(40.318)
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%</b>	<b>(1.703)</b>	<b>13.963</b>	<b>(1.447)</b>	<b>13.708</b>
<b>Diferenças permanentes e temporárias</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	4.785	(6.348)	3.983	2.465
Receita de incentivos fiscais	-	-	1.225	936
Despesas indedutíveis	(308)	(1.699)	(2.176)	(1.916)
Reversão/utilização de provisões	6.162	-	5.801	-
Dividendos	-	-	144	117
Outros	61	-	(399)	88
	<b>10.700</b>	<b>(8.047)</b>	<b>8.578</b>	<b>1.690</b>
<b>Efeito das diferenças permanentes pela alíquota nominal de 34%</b>	<b>3.638</b>	<b>(2.736)</b>	<b>2.917</b>	<b>575</b>
Crédito fiscal diferido não constituído	(557)	(9.389)	(711)	(12.592)
Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferença temporárias de exercícios anteriores	1.005	-	2.001	-
Reversão de crédito fiscal diferido ano 2012	-	-	(153)	-
Duraferro	-	-	(153)	-
Compensação de prejuízos fiscais 30%	-	-	530	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:</b>	<b>2.383</b>	<b>1.838</b>	<b>3.137</b>	<b>1.691</b>
.Corrente	-	-	(434)	(704)
.Diferido	2.383	1.838	3.571	2.395

**Crédito fiscal diferido não constituído:** refere-se a diferenças temporárias e prejuízos fiscais sobre os quais não foi constituído o crédito fiscal diferido em razão do limite aprovado pela Administração no estudo técnico já mencionado nesta nota explicativa.

**10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

A conta títulos e valores mobiliários está composta por ações da Vale S.A. O valor de mercado das ações foi obtido através da entidade custodiante e referem-se à cotação dos títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, no último dia do exercício.

Estes instrumentos financeiros foram classificados na categoria de "Investimentos detidos para a venda". O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada período/exercício está demonstrado conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Quantidade de ações PNA N1 - Vale5	426.240	426.240
Valor de mercado na data de fechamento	19,39	32,83
Custo de aquisição	222	222
Varição do valor justo	8.043	13.772
Saldo contábil (fair value)	<b>8.265</b>	<b>13.994</b>

**11. OUTROS CRÉDITOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>				
Adiantamentos a fornecedores nacionais	16.104	7.098	16.255	7.616
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	14.811	3.640	14.811	3.665
Adiantamentos de férias	138	109	116	124
Outros	2.305	1.535	2.771	1.712
	<b>33.358</b>	<b>12.382</b>	<b>33.953</b>	<b>13.117</b>
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais	5.459	5.234	8.206	7.983
Outros	2.240	613	2.509	883
	<b>7.699</b>	<b>5.847</b>	<b>10.715</b>	<b>8.866</b>
	<b>41.057</b>	<b>18.229</b>	<b>44.668</b>	<b>21.983</b>

**12. PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do período e exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

- Contratos de mútuo** - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados à taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras;
- Vendas de produtos e serviços** - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais;
- Prestação de serviços administrativos e alugueis** - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os alugueis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes;
- Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas e controlada em conjunto** - A Companhia concedeu os seguintes avais em favor das Controladas do grupo, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Barefame Instalações Industriais Ltda.	2.037	6.788
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	5.378	30.829
IMMA Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	8.314	15.437
	<b>15.729</b>	<b>53.054</b>

**e. Composição dos saldos patrimoniais e transações realizadas entre a Controladora e suas Controladas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013**

	Ativo		Passivo		31/12/2014	
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	Receitas	Despesas e custos
Barefame Instalações Industriais Ltda.	49.394	23.564	122	-	11.986	6.986
Bardella Administradora de Bens e Empresa e Corretora de Seguros Ltda.	6	-	12	3.270	94	478
Energo Agro Industrial Ltda.	4	-	-	7.874	24	785
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	10.433	-	9.958	6.884	3.843	21.859
	<b>59.837</b>	<b>23.564</b>	<b>10.092</b>	<b>18.028</b>	<b>15.947</b>	<b>30.108</b>
Contas a receber (nota explicativa 6)	33.183	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	26.654	-	-	-	-	-
	<b>59.837</b>	-	-	-	-	-

**Movimentação dos saldos**

	Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	IMMA - Indústria e Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Total
	Barefame Instalações Industriais Ltda.	31/12/2013					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013</b>	(2.097)	30.861	4.987	7.647	69.224	3.964	114.586
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.034	57	606	2.815	(350)	(6.348)
Resultado de equivalência patrimonial sobre resultado abrangente	-	(2.234)	-	-	-	-	(2.234)
Provisão para perdas investimentos controladas	12.607	-	-	-	-	-	12.607
Lucros pagos	-	-	-	-	(5.262)	-	(5.262)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	-	29.661	5.044	8.253	66.777	3.614	113.349
Resultado de equivalência patrimonial	(563)	519	141	706	4.038	(56)	4.785
Resultado equivalência patrimonial sobre resultado abrangente	-	(3.780)	-	-	-	-	(3.780)
Aquisição de participação societária minoritária	-	-	-	20.656	-	-	20.656
Ágio aquisição investimento participação minoritários Duraferro	-	-	-	(12.404)	-	-	(12.404)
Provisão para perdas investimentos controladas	563	-	-	-	-	-	563
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	-	26.400	5.185	17.211	70.815	3.558	123.169

**Informações das Investidas**

	Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.		Duraferro Indústria e Comércio Ltda.		IMMA - Indústria e Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.		Planihold S.A.	Total
	Barefame Instalações Industriais Ltda.	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Ativo circulante	28.061	26.082	419	404	32.427	37.455	201	561	7.874	7.330
Ativo não circulante	45.692	49.610	216	260	6.230	7.938	-	-	-	150
Passivo circulante	59.294	44.713	6.230	7.938	26.400	29.661	8.234	850	-	8.013
Passivo não circulante	27.629	43.586	764	850	519	1.034	221	-	-	-
Patrimônio líquido	(13.170)	(12.607)	26.400	29.661	26.400	29.661	8.234	850	-	8.013
Receita operacional líquida	61.040	42.435	764	850	519	1.034	221	-	-	-
Resultado do exercício	(563)	(10.510)	519	1.034	221	1.034	141	-	-	92

	Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	Barefame Instalações Industriais Ltda.	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Capital social	22.672	22.672	2.850	2.850
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	2.850	2.850
Quotas	22.672	22.672	2.850	2.850
Patrimônio líquido	(13.170)	(12.607)	26.400	29.661
Participação no capital social, no final do exercício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	(13,170)	(12,607)	26,400	29,661
Resultado de equivalência patrimonial	(563)	(10.510)	519	1.034

	Ativo		Passivo		31/12/2013	
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	Receitas	Despesas e custos
Barefame Instalações Industriais Ltda.	30.045	37.045	398	-	7.331	5.544
Bardella Administradora de Bens e Empresa e Corretora de Seguros Ltda.	28	-	11	3.517	84	380
Energo Agro Industrial Ltda.	6	-	-	7.433	17	565
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	10.404	-	153	10.059	174	4.812
	<b>40.483</b>	<b>37.045</b>	<b>562</b>	<b>21.009</b>	<b>7.606</b>	<b>11.301</b>
Contas a receber (nota explicativa 6)	28.908	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	11.575	-	-	-	-	-
	<b>40.483</b>	-	-	-	-	-

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordadas em contratos firmados.

**f. Remuneração dos administradores - benefícios de curto prazo (remuneração fixa e variável)**

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Bardella era composta por 4 conselheiros de administração e 3 diretores. O Conselho fiscal era composto por 5 membros.

No período findo em 31 de dezembro de 2014, os membros do Conselho de Administração foram remunerados pelo montante de R\$ 1.700 (em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 1.613), o Conselho Fiscal pelo montante de R\$ 470 (em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 440) e a Diretoria pelo montante de R\$ 2.616 (em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 2.522), por seus serviços.

A Companhia e suas Controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós-emprego e programas de remuneração baseada em ações.

**13. IMOBILIZADO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Edificações	131.678	(25.785)	105.893	108.205
Máquinas e equipamentos	145.679	(93.218)	52.461	55.742
Móveis e utensílios	6.099	(5.105)	994	1.136
Veículos	4.332	(3.123)	1.209	727
Equipamentos de informática	5.132	(4.901)	231	255
Terrenos	55.658	-	55.658	55.658
Instalações	26.555	(25.301)	1.254	1.468
Obras em andamento	5.303	-	5.303	8.534
	<b>380.436</b>	<b>(157.433)</b>	<b>223.003</b>	<b>231.725</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Edificações	165.652	(30.963)	134.689	137.513
Máquinas e equipamentos	188.226	(118.250)	69.976	76.216
Móveis e utensílios	7.749	(6.400)	1.349	1.572
Veículos	32.125	(23.334)	8.791	10.330
Equipamentos de informática	7.254	(6.907)	347	437
Terrenos	56.894	-	56.894	56.894
Instalações	30.234	(26.516)	3.718	4.032
Obras em andamento	6.520	-	6.520	9.961
	<b>494.654</b>	<b>(212.370)</b>	<b>282.284</b>	<b>296.955</b>

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, do montante líquido demonstrado, R\$ 7.848, refere-se substancialmente a máquinas e equipamentos arrolados em garantia de ações judiciais e procedimentos administrativos.

**Movimentação do custo**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Custo	131.300	240	138	131.678
Adições	240	-	-	-
Baixas	(922)	4.170	138	145.679
Transferência	-	-	-	-
	6.067	61	(	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.		Duraferro Indústria e Comércio Ltda.		Planihold S.A.	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante	100.559	139.604	25.502	23.924	510	557
Ativo não circulante	97.231	103.557	28.680	34.101	16.650	16.865
Passivo circulante	43.364	84.694	28.442	26.820	18	18
Passivo não circulante	12.798	24.913	4.225	10.574	-	-
Patrimônio líquido	141.628	133.554	21.515	20.631	17.142	17.404
Receita operacional líquida	106.232	119.207	50.975	44.800	-	-
Resultado do exercício	8.075	5.630	884	1.514	(7)	(1.686)

  

	IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.		Duraferro Indústria e Comércio Ltda.		Planihold S.A.	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Capital social	10.000	10.000	1.500	1.500	23.440	23.440
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	5.000	5.000	1.200	600	4.866	4.866
Ordinárias	-	-	-	-	4.866	4.866
Quotas	5.000	5.000	1.200	600	-	-
Patrimônio líquido	141.628	133.554	21.515	20.631	17.142	17.404
Participação no capital social, no final do exercício	50,00%	50,00%	80,00%	40,00%	20,76%	20,76%
Participação no patrimônio líquido	70.815	66.777	17.211	8.253	3.558	3.614
Resultado de equivalência patrimonial	4.038	2.815	706	606	(56)	(350)

**15. INTANGÍVEL**

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

	Prazos de vida útil	Controladora		Consolidado	
		Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Saldo em 31/12/2013	Aquisições
<b>Vida útil definida</b>					
Software	5 anos	28.288	3.760	-	-
Ágio Aquisição investimento Duraferro (a)	indefinida	3.337	-	-	-
		<b>31.625</b>	<b>3.760</b>	-	-

  

	Prazos de vida útil	Controladora		Consolidado	
		Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Saldo em 31/12/2013	Aquisições
<b>Vida útil definida</b>					
Software	5 anos	30.009	3.769	(22)	-
Ágio Aquisição investimento Duraferro	indefinida	5.005	-	-	-
		<b>35.014</b>	<b>3.769</b>	<b>(22)</b>	<b>-</b>

(a) O ágio na aquisição de investimentos corresponde à aquisição em 23 de abril de 2009, de 60% de participação na empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda. pelo valor total em dinheiro de R\$ 15.000, sendo 40% adquirida pela Bardella S.A. Indústria Mecânica pelo valor de R\$ 10.000 e 20% adquirido pela controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. pelo valor de R\$ 5.000. Nesta mesma data, a Companhia assumiu o controle da Duraferro Indústria e Comércio Ltda.

A partir de 01 de janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não identificaram necessidade de constituição de provisão para perdas com base nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos da Administração.

**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO**

**a. Empréstimos e financiamentos**

Imobilizado	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2014	Vencimentos dos contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
BNDES - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	1.700	4.829	1.700	4.829
BNDES - Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	1.045	1.829
BNDES - Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	1.483	3.773
BNDES - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	310	2.542	310	2.542
BNDES - Finame	TJLP	1,40%	15/01/14	-	15	-	15
BNDES - Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	554	1.542
BNDES - Finame	Fixa	6,00%	15/07/24	655	-	655	-
Outros	Fixa	16,20%	13/05/14	-	-	-	924
Outros	CDI	123% do CDI	14/09/15	675	1.575	675	1.575
Arrendamento mercantil	Fixo	17,16%	06/08/14	-	-	-	550
<b>Subtotal</b>				<b>3.340</b>	<b>8.961</b>	<b>6.422</b>	<b>17.579</b>
<b>Capital de giro</b>							
Financiamento Importação	EUR	2,48%	05/01/15 a 23/02/15	6.518	-	6.518	-
Financiamento Importação	EUR	2,25%	04/01/14 a 13/06/14	-	11.687	-	11.687
Financiamento Importação	USD	3,02%	08/01/15 a 05/06/15	4.985	-	4.985	-
Financiamento Importação	USD	2,65%	27/01/14	-	358	-	358
Nota de crédito exportação	CDI	-	10/01/14	-	16.867	-	16.867
Capital de giro	CDI	1,80%	15/07/14 a 15/12/14	-	14.377	-	14.377
Capital de giro	CDI	120%	26/07/15 a do CDI 13/05/17	19.035	-	19.035	-
Capital de giro	CDI	136%	do CDI 17/01/14	-	5.076	-	5.076
Finame fabricante	Fixa	3,00%	15/07/14 a 15/01/15	11.682	85.288	11.682	85.288
Finame fabricante	Fixa	6,00%	15/08/14 a 15/02/15	111.936	-	111.936	-
Finame fabricante	Fixa	3,50%	17/11/14 a 15/01/15	-	-	4.333	13.000
<b>Total capital de giro</b>				<b>154.156</b>	<b>133.653</b>	<b>158.489</b>	<b>146.653</b>
<b>Total geral</b>				<b>157.496</b>	<b>142.614</b>	<b>164.911</b>	<b>164.232</b>
<b>Parcela circulante</b>				<b>60.109</b>	<b>128.300</b>	<b>67.263</b>	<b>142.042</b>
<b>Parcela não circulante</b>				<b>97.387</b>	<b>14.314</b>	<b>97.648</b>	<b>22.190</b>
<b>Juros pagos</b>				<b>8.337</b>	<b>13.292</b>	<b>9.684</b>	<b>14.706</b>

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39/CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a valor presente em 31 de dezembro de 2014, resultou para a Controladora em R\$ 911 e para o Consolidado R\$ 1.016. Em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 2.732 para a Controladora e R\$ 2.812 (Consolidado).

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (covenants).

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no período estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Cronograma de desembolsos - Não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	14.314	-	21.842
2016	90.197	-	90.458	348
2017	6.736	-	6.736	-
2017 a 2024	454	-	454	-
	<b>97.387</b>	<b>14.314</b>	<b>97.648</b>	<b>22.190</b>

**b. Arrendamento mercantil financeiro**

A Companhia e suas controladas possuem ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 4 a 5 anos, com cláusulas de opção de renovação e opção de compra após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado das suas controladas.

Valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos):

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Máquinas e equipamentos	-	550

**17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo de adiantamento de clientes	98.493	78.672	102.671	82.695

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de construção.

**18. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS**

A Companhia e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
<b>Movimentação dos processos no período</b>				
		Adição/reversão/ utilizações de provisões		Saldo final
<b>Trabalhistas/cíveis</b>	<b>661</b>	<b>(101)</b>		<b>560</b>
Tributárias:				
.Federal	3.484	(3.368)		116
.Estadual	-	-		-
.Municipal	56	-		56
<b>Subtotal tributárias</b>	<b>3.540</b>	<b>(3.368)</b>		<b>172</b>
	<b>4.201</b>	<b>(3.469)</b>		<b>732</b>
			<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>		<b>31/12/2014</b>	
		Adição/reversão/ utilizações de provisões		Saldo final
<b>Trabalhistas/cíveis</b>	<b>1.371</b>	<b>625</b>		<b>1.996</b>
Tributárias:				
.Federal	8.107	(4.882)		3.225
.Estadual	-	-		-
.Municipal	56	-		56
<b>Subtotal tributárias</b>	<b>8.163</b>	<b>(4.882)</b>		<b>3.281</b>
	<b>9.534</b>	<b>(4.257)</b>		<b>5.277</b>

Considerando os benefícios previstos na Lei nº 12.996/2014 para liquidação de débitos junto à Receita Federal do Brasil e mudanças nas expectativas de resultados de processos administrativos e judiciais, a Companhia decidiu pela liquidação à vista nos termos da legislação citada, de parte dos débitos da Controladora e suas Controladas, no montante de R\$ 4.095. As reduções totalizaram o montante de R\$ 3.418. Portanto, o saldo remanescente a liquidar totalizou R\$ 677.

**Prováveis**

**Demandas trabalhistas e cíveis**

Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas as seguintes verbas: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas controladas, para os quais foram provisionados R\$ 560 na controladora (em 31 de dezembro de 2013 era R\$ 661) e R\$ 1.996 no consolidado (em 31 de dezembro de 2013 o valor era de R\$ 1.371), relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.

**Demandas tributárias**

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado na controladora o valor total de R\$ 172 (em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 3.540) e no consolidado R\$ 3.281 (em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 8.163).

**Possíveis**

Para os processos trabalhistas, cíveis e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 40.047 (em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 34.361), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, os processos considerados relevantes referem-se a demandas tributárias onde se discute:

- Incidência de INSS sobre a participação da Diretoria nos lucros da Companhia enquanto diretores com contrato de trabalho suspenso: R\$ 2.594;
- Incidência de contribuição social sobre o lucro líquido correspondente a exportações efetuadas no ano de 1989: R\$ 3.064.

**19. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aquisição de participação minoritária (a)	20.656	-	20.656	-
Custos a incorrer	4.413	6.781	4.462	6.823
Outras contas a pagar	4.137	3.080	5.443	3.551
	<b>29.206</b>	<b>9.861</b>	<b>30.561</b>	<b>10.374</b>
Circulante	26.648	8.582	27.992	9.085
Não circulante	2.558	1.279	2.569	1.289

(a) O saldo a pagar de aquisição de participação minoritária refere-se ao valor devido em 31 de dezembro de 2014 relativo ao pagamento das quotas de participação minoritária da Controlada Duraferro Indústria e Comércio Ltda., em conformidade com a decisão proferida no procedimento arbitral CMA 234 da Câmara de Conciliação e Arbitragem CIESP/FIESP (vide nota 4).

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)**

**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o capital social, subscrito e integralizado de R\$ 116.800, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

**b. Reservas de capital**

- *Reservas de incentivos fiscais*
- Destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

**c. Reservas de lucros**

O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

• *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• *Reservas de retenção de lucros*

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital.

• *Reservas de lucros a realizar*

Essa reserva é constituída como uma destinação do lucro do exercício ou parte dele, ainda não realizado financeiramente pela Companhia para fins de distribuição de dividendos.

**d. Ajuste de avaliação patrimonial**

São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

**e. Remuneração dos acionistas**

Por força do artigo 6º, alínea "a", do Estatuto Social, em 31/12/2014 foi contabilizada à conta de reserva de lucros o valor de R\$ 87 (R\$ 5.798 em 31/12/2013) em função da distribuição de dividendos mínimos no valor de R\$ 5.798 às ações preferenciais, correspondentes a 8% ao ano sobre o respectivo capital social, com valor de R\$ 5,84 por ação.

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro/prejuízo do exercício	7.392	(39.231)
Reserva legal	(370)	-
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>7.022</b>	<b>(39.231)</b>
Realização através da depreciação do ajuste de avaliação patrimonial (IFRS)	4.419	4.296
<b>Subtotal</b>	<b>11.441</b>	<b>(34.935)</b>
Reserva para incentivos fiscais - investidas	(5.263)	(6.845)
Reserva de lucros a realizar -		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Reversões/utilização de provisões operacionais	4.750	2.831	6.012	3.468
Lucro na venda de bens do imobilizado e investimentos	311	126	787	902
Subvenções governamentais (*)	-	-	1.225	936
Dividendos recebidos	-	-	145	117
Multa por atraso de fornecimento	-	752	-	752
Aluguéis/locações	1.123	1.647	1.319	2.460
Outras receitas operacionais	2.059	2.098	2.834	2.663
	<b>8.243</b>	<b>7.454</b>	<b>12.322</b>	<b>11.298</b>
	<b>69</b>	<b>(10.052)</b>	<b>(853)</b>	<b>(7.536)</b>

(\*) As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, entretanto, devido a restrições legais quanto à sua distribuição aos sócios ou acionistas, foram transferidas à conta de Reserva de incentivos fiscais.

Os custos com ociosidade referem-se à situação anormal e temporária de ocupação dos meios produtivos.

**23. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO**

Para fins de administração, as entidades do consolidado da Companhia são divididas em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais:

- O segmento de mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e;
- O segmento de aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita bruta e no lucro ou prejuízo líquido.

	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
31/12/2014				
Receita líquida	387.349	129.639	(38.052)	478.936
Lucro do período	6.366	2.131	(1.105)	7.392
Ativos operacionais	716.275	239.724	(166.162)	789.837
Passivos operacionais	432.608	144.786	(124.690)	452.704
31/12/2013				
Receita líquida	319.186	118.359	(12.596)	424.949
Prejuízo	(34.360)	(12.741)	7.870	(39.231)
Ativos operacionais	663.110	245.891	(149.152)	759.849
Passivos operacionais	373.194	138.386	(111.706)	399.874

**24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta vendas de produtos	449.071	389.957	483.312	436.216
Receita bruta serviços prestados	-	-	58.966	41.543
Impostos sobre vendas	(44.862)	(37.613)	(63.342)	(49.605)
Abatimentos e devoluções	-	(2.884)	-	(3.205)
<b>Receita líquida</b>	<b>404.209</b>	<b>349.460</b>	<b>478.936</b>	<b>424.949</b>

**25. DESPESA POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Materiais e demais despesas comerciais e administrativas	(269.427)	(245.219)	(283.365)	(277.322)
Gastos com pessoal	(114.009)	(104.696)	(164.531)	(149.125)
Depreciação/amortização	(12.005)	(10.663)	(18.647)	(17.721)
	<b>(395.441)</b>	<b>(360.578)</b>	<b>(466.543)</b>	<b>(444.168)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos produtos vendidos e/ou serviços prestados	(344.234)	(309.314)	(398.185)	(375.331)
Despesas com vendas	(26.798)	(27.354)	(28.925)	(29.797)
Despesas gerais e administrativas	(19.622)	(18.681)	(34.624)	(33.789)
Honorários e participação da Administração	(4.787)	(5.229)	(4.809)	(5.251)
	<b>(395.441)</b>	<b>(360.578)</b>	<b>(466.543)</b>	<b>(444.168)</b>

**26. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

O valor total dos riscos diversos conforme apólice vigente em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 116.200 (em 31 de dezembro de 2013 o valor era de R\$ 149.252).

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia.

**27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a. Visão geral**

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das "estimativas contábeis", conforme consta na nota explicativa 3 - sumário das principais práticas contábeis. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

**b. Avaliação dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam dos valores de realização e mercado, respectivamente. O investimento na Vale S.A., foi classificado na categoria "Investimentos disponíveis para a venda", e está sendo mantido exclusivamente com finalidade de aplicação financeira. Esse investimento encontra-se avaliado pelo seu valor justo, com base nas cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços e suas variações são registradas em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a agentes financeiros de primeira linha. Os derivativos são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado e referem-se a contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

**Hierarquia de valor justo**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. São avaliados por essa hierarquia os saldos de empréstimos e financiamentos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos.

Não existem instrumentos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento.

**c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado**

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

	Valores (em R\$ mil)		
	31/12/2014	31/12/2013	Moeda
Natureza do saldo			
Adiantamentos para importações	8.200	3.183	EUR
Adiantamentos para importações	6.611	457	USD
Financiamento Finimp	6.518	11.687	EUR
Financiamento Finimp	4.985	358	USD
Importações de materiais	724	286	EUR
Importações de materiais	997	879	USD

**d. Riscos**

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

**Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

**Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

**Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações. Os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado do período da controladora conforme demonstra a nota explicativa 21.

**Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos**

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação	Efeito no patrimônio antes da tributação
31/12/2014	+ 100	(224)	224
	+ 150	(336)	336
	-25	56	56
	- 50	112	112
31/12/2013	+ 100	(455)	(455)
	+ 150	(676)	(676)
	-25	113	113
	- 50	226	226

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio consolidado.

**Risco de taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

**Derivativos em aberto**

A posição consolidada de derivativos foi liquidada em janeiro de 2014.

**e. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras**

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em percentual sobre taxa de câmbio	Efeito no lucro antes da tributação	Efeito no patrimônio antes da tributação
31/12/2014	+25%	397	397
	+50%	794	794
	-25%	(397)	(397)
	-50%	(794)	(794)
31/12/2013	+25%	(3.011)	(3.011)
	+50%	(6.023)	(6.023)
	-25%	3.011	3.011
	-50%	6.023	6.023

**Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	157.496	142.614	164.911	164.232
Fornecedores	65.282	51.605	72.467	57.385
Partes relacionadas	28.120	21.571	-	-
Provisão imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	104	248
Provisão participação da Diretoria/empregados	-	210	-	210
Dividendos propostos/juros sobre capital próprio	6.058	6.025	6.058	6.025
Adiantamento de clientes	98.493	78.672	102.671	82.695
Provisão de férias e encargos	13.050	11.356	15.971	15.433
Provisão para contingências	732	4.201	5.277	9.534
Provisão imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos	29.680	31.143	39.385	42.977
Outros	52.245	30.142	45.859	21.135
<b>Dívida líquida</b>	<b>451.156</b>	<b>377.539</b>	<b>452.703</b>	<b>399.874</b>
Patrimônio líquido	337.133	351.723	337.133	359.975
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>788.289</b>	<b>729.262</b>	<b>789.836</b>	<b>759.849</b>
<b>Coefficiente de alavancagem</b>	<b>0,57</b>	<b>0,52</b>	<b>0,57</b>	<b>0,53</b>

**Risco de concentração de negócios**

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

**. TRIBUTAÇÃO**

**Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, Medida Provisória nº 627 de 2013 e IN 1.397 de 2013**

A Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 que resultou da conversão da Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (MP 627) e Instrução Normativa 1.397, de 16 de dezembro de 2013, alterada pela IN 1.422, de 19 de dezembro de 2013 (IN 1397), trouxeram diversas providências, dentre as quais destacamos as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição (RTT); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ bem como na legislação pertinente à CSLL; (iii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em Lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá aplicação na apuração dos tributos federais até que Lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências indicadas nos itens (i) a (iii) acima entram em vigor a partir de 2015. Entretanto, a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 (de forma irretroativa) como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

Segundo a avaliação da Administração, a não opção da adoção antecipada não tem impacto relevante sobre os resultados da Companhia.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Claudio Bardella <b>Presidente</b>	José Rubens de Macedo Soares <b>Sobrinho Conselheiro</b>	Antonio Luiz Sampaio Carvalho <b>Conselheiro</b>
Alfredo Camargo Penteado Neto <b>Vice-Presidente</b>	Mauro Fernando Maria Arruda <b>Conselheiro</b>	Carlos Jorge Loureiro <b>Conselheiro</b>
		Henrique Alves de Araújo <b>Conselheiro</b>

**CONSELHO FISCAL**

Massao Fabio Oya <b>Conselheiro</b>	José Roberto Mendes da Silva <b>Diretor-Presidente</b>
José Eduardo Escorel de Carvalho <b>Conselheiro</b>	Eduardo Fantin <b>Diretor</b>
	Rubens Geraldo Gunther <b>Diretor</b>

Contador - Luiz Honório Martins – CRC - 1SP128092/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014**

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e quinze, os membros do Conselho Fiscal da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS, no uso de suas atribuições legais, são de opinião que as Demonstrações Financeiras tomadas em seu conjunto e o Relatório da Administração, e a proposta do Conselho de Administração para destinação do resultado e distribuição de dividendos, documentos esses relativos aos exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, com base nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela administração e pela Auditoria Independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu Parecer sem ressalvas, concluíram que os referidos documentos, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e opinam favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 27 de março de 2015.

Antonio Luiz Sampaio Carvalho	Carlos Jorge Loureiro	Henrique Alves de Araújo	José Eduardo Escorel de Carvalho	Massao Fábio Oya
-------------------------------	-----------------------	--------------------------	----------------------------------	------------------

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da **Bardella S.A. Indústrias Mecânicas** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com

o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas

internacionais de relatório